

O PERCURSO DAS PRETÔNICAS

Como explicar essa maneira tão própria da fala nordestina, da qual faz parte o subfalar de Salvador, primeira cidade do Brasil a ser a capital da colônia portuguesa e, por isso, por muito tempo polo difusor da língua invasora? Como compreender que esse dialeto, filiado às primeiras variedades transplantadas da Metrópole, tenha como característica as pretônicas abertas que lá parecem não estar hoje nem, como acredita a maioria, no português do século XVI? E por que elas persistem no Nordeste e são quase totalmente ausentes no Sul do país?

4.1 VOGAIS PRETÔNICAS NA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Por causa dessas questões, este trabalho contempla também, tanto quanto possível, o plano diacrônico com o auxílio dos testemunhos de gramáticos e ortógrafos. Não se espere, porém, um terreno muito fértil. Nesse campo rende relativamente pouco a incursão pelas gramáticas e ortografias dos séculos passados para clarear a questão de origem. Mas, como na arqueologia, vale muito encontrar os cacos dispersos do passado, no meio de uma rocha profunda. São realmente muito poucas as referências à realização de vogais pretônicas nas anotações dos gramáticos e ortógrafos, já que elas não interessavam a estudioso-

sos cuja meta era, quase sempre, o estabelecimento de uma escrita portuguesa, embora alguns, como Oliveira (1975 [1536])¹⁴⁸, se preocupassem também com a descrição da língua, dizendo claramente:

Examinemos a melodia da nossa língua e essa guardemos, como fizeram outras gentes, e isto desde as mais pequenas partes, tomando todas as vozes e cada uma por si, e vendo em elas quantos diversos movimentos faz a boca com também diversidade do som e em que parte da boca se faz cada movimento, porque nisto se pode discutir mais distintamente o próprio de cada língua. (OLIVEIRA, 1975 [1536], p. 47)

Desde o século XVI, gramáticos e ortógrafos apontaram oito vogais do português, embora ainda se chegue ao século XVII discutindo a sua natureza, como o faz, nesta passagem, Bluteau (1728, p. 192): “Muito me admira a repugnância dos nossos ortógrafos Álvaro Ferreira de Vera e Joio Franco Barreto, em admitir no idioma português dois EE, um longo e outro breve ou um pequeno e outro grande”.

Quando se referem assim às vogais, têm em mente o sistema de vogais (e às vezes a norma) em posição acentuada, sem considerar a sua produção em sílabas inacentuadas. Isso explica as poucas informações sobre as vogais em sílabas pretônicas, que quase sempre se obtêm de comentários secundários, às vezes restritos a algumas variedades do português, ou da “lista de erros”, que alguns desses trabalhos encerram. É desse material que se deve valer quem quiser perscrutar o passado das pretônicas.

4.1.1 A elevação

A observação mais frequente sobre as vogais não-altas antes do acento é a que se refere à sua elevação em alguns contextos átonos. Referem-se a ela, por exemplo: Fernão de Oliveira, em 1536; Duarte Nunes do Lião, em 1576; Pe. Bento Pereyra, em 1666; Joam de Franco Barreto, em 1671; Rafael Bluteau, em 1728; Francisco Felis Carneiro, em 1783; Abraham Mendola, em 1785; Manoel Dias de Sousa, em 1804.

Mas, se desde 1536 Fernão de Oliveira registra a alternância [o] :: [u], só a partir de Lião (1576) encontram-se referências à alternância [e] :: [i] e, mesmo

¹⁴⁸ Vale a pena lembrar que a *Gramática da linguagem portuguesa* é a primeira a descrever a língua falada em Portugal e a estabelecer as primeiras normas.

assim, Mendola (1785) a ela se refere como um traço dialetal¹⁴⁹. Veja-se a lição, em um diálogo entre o mestre e o discípulo:

M. Em que difere o dialeto do Algarve do da Estremadura?

D. Difere na pronúncia porque ao E fechado pronunciam como I, assim como *Pedaço*, dizem *Pidaço*, e ao I pronunciam como E fechado, assim como *Dizer* pronunciam *Dezer* e em outras causas. (MENDOLA, 1785, p. 35)

Na verdade a alternância [e] :: [i] é também mencionada por Oliveira em 1536, mas não é exemplificada em contexto pretônico. Depois de referir-se à troca entre *somir* e *sumir*, *dormir* e *durmir*, *bolir* e *bulir*, ele diz: “E outro tanto entre i e e pequeno, como *memória* ou *memórea*, *glória* ou *glórea*” (OLIVEIRA, 1975 [1536], p. 64).

Isso levou estudiosos da língua portuguesa a concluir que a alternância *alta x não-alta* só tenha atingido a série das não-recuadas na segunda metade do século XVI. Realmente ela figura em 1576 da lista da *Reformação de algumas palavras que a gente vulgar usa e escreve mal* formulada por Lião (veja-se, por exemplo, *milhor*, *milhoria*, *mialheiro* corrigidas para *melhor*, *melhoria*, *mealheiro*). Também constam da lista de “reformações” de Pereyra (1666): *gimer* para *gemer*, *hirege* para *herege*, *pidir* para *pedir*, *piqueno* para *pequeno*, *vistir* para *vestir*. Mas essa alternância não aparece claramente referida nas duas gramáticas da primeira metade do século XVI. Entretanto em estudo sobre a grafia de João de Barros, cuja gramática data de 1540, Teyssier (1966) constatou formas como *dilicado*, *conhicimento*, *pirigo*, *bibiam*, *mistiço*, *minimo* ao lado de outras, mais numerosas, como *senifiquam*, *possebilidade*, *deregida*, *demenuir*, *requíssima* etc. Sem levar em conta a análise que o autor faz dessas ocorrências, que se poderia discutir¹⁵⁰, a documentação dessas grafias parece sugerir que a alternância

¹⁴⁹ Uma publicação recente flagra a elevação no português no Brasil, mais precisamente na Bahia, do século XVI ao século XVIII. Trata-se do trabalho de Telles (2019), intitulado “Representação das vogais pretônicas nos livros do tombo”, que, como anuncia no título, levantou as ocorrências de substituição ilegal de pretônicas médias por altas nos livros do tombo do Mosteiro de São Bento em Salvador, na Bahia. A autora revela que conseguiu observar desde o século XVI a elevação em um dos contextos que se tornou quase categórico no português brasileiro moderno. Esse trabalho é um dos capítulos do livro *História do português brasileiro*, uma coletânea de estudos sobre diversos temas, que reúne um grupo dos mais considerados linguistas brasileiros.

¹⁵⁰ Em vários pontos de seu artigo (p. 164, 165, 194), Teyssier (1966) nega, tanto para a alternância [o] :: [u] quanto para [e] :: [i], uma motivação fonológica para o fenômeno quando ela ocorre entre os verbos, explicando-a pela morfologia e por dissimilação e dilação, ou ainda por hipercorreção, quando ocorre em vocábulos de outra classe, o que poderia ser contestado.

[e] :: [i] precede a data antes fixada, talvez não mencionada pelos gramáticos por não estar no nível de consciência do falante.

A alternância entre média e alta não-recuadas, documentada ao longo dos séculos, é tratada, aliás, por Bluteau (1728) como herança latina:

Padece o I português a mesma mutabilidade que o I latino. [...] em muitas escrituras latinas se tem achado o I trocado em E, como v.g. Menerva por Minerva [...]. Segundo Varro e Aulo Gellio a razão desta recíproca e frequente troca destas duas vogais é a grande afinidade que têm entre si. [...] No português tem estas duas vogais a mesma afinidade que no latim; e esta, sem dúvida, é a razão porque na escritura e pronúncia portuguesa uma por outra se troca. (BLUTEAU, 1728, p. 203)

Que na formação do vocalismo português fundiram-se, respectivamente, [ĩ] e [ũ] com [ē] e [ō] pela perda do traço de quantidade latino, é matéria que não se discute mais na Filologia Românica. A troca nos escritos da época entre essas vogais está longamente documentada. O curioso é que, mesmo aceitando a tese de que essa alternância tenha começado no português na segunda metade do século XVI, ela permaneça até nossos dias. Isso se explicaria, segundo Révah (1959), porque o processo de elevação (ele só se refere a [o] > [u], mas seria cabível estender a hipótese a [e] > [i]) foi detido por pressão morfológica e ortográfica, ou seja, pelas seguintes razões:

- a) a tendência em manter, ao menos aproximadamente, a unidade vocálica da palavra e de seus derivados [...]. (Por exemplo: *af[e]to* / *af[e]etivo*);
- b) a tendência em manter a unidade vocálica do tema verbal em toda a conjugação. (Por exemplo, *receb[e]r* / *receb[e]ria* / *receb[e]sse*);
- c) uma reação conhecida que restabelecia o O etimológico ou ortográfico. Diz-se, por aí, que na pronúncia escolar do latim todo E e O eram abertos: esta pronúncia escolar do latim teria agido igualmente sobre o português. (RÉVAH, 1959, p. 290)¹⁵¹ (exemplos meus)

Aliás, essa opinião de Révah (1959) coincide com a tese de Houaiss (1958, p. 274), que diz: “Concomitantemente nesse terreno, se pode ver, com maior nitidez talvez que em outros campos fonéticos, o jogo de influências recí-

¹⁵¹ Do original: “(a) la tendance à maintenir, au moins approximativement, l’unité vocalique du mot et des ses dérivés [...]; (b) la tendance à maintenir l’unité vocalique du thème verbal dans toute la conjugaison; (c) une réaction savante qui rétablissait le O étymologique ou orthographique. On sait, par ailleurs, que, dans la prononciation scolaire du latin, tout E et tout O étaient ouverts: cette prononciation scolaire du latin a également agi sur le portugais” (tradução minha).

procas entre a deriva popular e a restauração erudita por via, sobretudo, da feição escrita da linguagem”.

Qualquer que seja, então, a data da origem da alternância pretônica *alta x não-alta*, é forçoso concluir que ela tem permanecido estável por, pelo menos, quatro séculos, o que certamente explicará o caráter geral que o fenômeno tem no português moderno e as diferentes marcas deixadas no léxico em cada região.

4.1.2 O timbre

Mais difícil é documentar, nos primeiros séculos de existência da língua portuguesa, a variação de timbre entre as vogais não-altas que se observa no Brasil. A tese mais abraçada é a de que, nas posições inacentuadas, elas eram sempre médias fechadas – salvo exceções explicadas pela etimologia.

Essa posição se confirmaria em dois dos pares de exemplos usados por Oliveira (1975 [1536], p. 64) no século XVI, em que alternam abertas e fechadas, correlacionadas com acentuada e não-acentuada, respectivamente. Ensina ele: “Das vogais se trocam ω e o , ϵ e e , a e α . E assim outras, como [...] alegre e alegria e amaram e amarão”¹⁵². Essa opinião é defendida por muitos estudiosos da língua portuguesa. Ela se depreende, por exemplo, das cautelosas palavras de Carvalho (1969b):

Quanto à sílaba não-final [referindo-se apenas às átonas], tem-se admitido desde Cornu, que a não ser nalgumas palavras como mèzinha e mòrgado em que estavam respectivamente por \underline{e} e \underline{o} , elas representavam constantemente até o século XVIII as vogais fechadas \hat{e} e \hat{o} , tais como ainda hoje se encontram na realização da pronúncia brasileira de palavras como *meter* e *morada*. (CARVALHO, 1969b, p. 77)

Mas se, como afirma Révah (1959, p. 283), é verdade que alguns gramáticos antigos – desde Fernão de Oliveira no século XVI, até Luís Caetano de Lima e Jerônimo Contador de Argote na primeira metade do século XVIII – testemunham a realização média de [e] e [o] pretônicos, por outro lado é possível verificar, em pelo menos um deles, a preocupação de corrigir pronúncias “abertas” e admitir outras, além de oferecer raros, mas reais, indícios de que a abertura das vogais era em certos casos condicionada. Fica muito claro no texto a seguir, de Caetano de Lima, transcrito de Révah (1959, p. 291), o caráter normativo que orientava aquele autor, assim como a existência da alternância [ɔ] :: [o] :: [u] em sílaba pre-

¹⁵² Os símbolos utilizados por Oliveira (1975 [1536], p. 49) são: ω para [ɔ], ϵ para [ɛ], α para [a], que ele chama “grandes”; o para [o], e para [e], α para [ɔ], “pequenos”.

tônica no século XVIII, não mencionada por outros gramáticos: “Assim também devemos usar em *Procuração* e *Procuradores*, mas não no verbo *Procuero*, *Procurar*, que alguns pronunciam impropriamente com O aberto, como fazem em certas províncias”.

Daí podem-se extrair algumas conclusões: primeiro, que em alguns casos a norma permitia [ɔ] numa distribuição que podia ser morfológica (nos nomes, mas não nos verbos); segundo, que em certas províncias o uso teria simplificado o contexto (não só nos nomes mas também nos verbos); terceiro, que esse uso ainda não era admitido pela norma escolar, isto é, ainda era considerado um “erro” a ser corrigido.

Considere-se a observação de Naro (1973a) sobre a realização aberta do /O/ pretônico em posição inicial:

O mais antigo gramático a mencionar a posição inicial é Monte Carmelo em 1767 (citado em Cornu 1904:943-4), que considerou o *o*– como *u*–, tanto nas sílabas abertas quanto nas fechadas, um caso de popularismo. Porém na mesma época e também depois, havia outra forma popular como *ó*, pelo menos nas sílabas fechadas (Monte Carmelo citado em Cornu, 944); Gonçalves Viana 1883:58; Silva 1879, citado em Sanches, 1941:76). (NARO, 1973a, p. 42)

Coincidem com essa observação as 19 ocorrências de [ɔ] (em sílaba aberta) de *òraçam* na Gramática de João de Barros, recolhidas por Teyssier (1966, p. 162), o que sugere, pelo menos a título de hipótese, que, provavelmente menos frequente, *o* “aberto” pretônico ocorreria no português em posição inicial desde o século XVI.

Na verdade, não consegui localizar em Carmelo (1767) a referência mencionada por Cornu (1881). Encontrei apenas uma única observação explícita sobre a abertura de vogais (antes de *–l*, citada adiante). No entanto seu *Compêndio de ortografia* contém uma lista de palavras em que o autor assinala com acento agudo uma das pretônicas, quase sempre contígua à tônica. O referido ortógrafo pretendia com essa lista ensinar palavras portuguesas que têm “dois acentos”, principalmente aos brasileiros: “Finalmente costumam pronunciar-se com dois acentos dominantes as Dicções do seguinte catálogo e as derivadas, as quais devem notar bem os brasilienses, porque confundem bem os acentos de nossa língua” (CARMELO, 1767, p. 128).

Desse ensinamento e da lista em que constam palavras como *Órador*, *Óraçam*, *Nórdeste*, *Debóchar-se*, *Méstrado*, *Adéstrár*, *Véhículo*, pode-se inferir que as pretônicas, portadoras do segundo acento, eram também baixas, como

é a pronúncia do Norte e Nordeste do Brasil ainda hoje, e que àquela altura a variedade da Colônia já não seguia fielmente a regra do português europeu, ou seja, tinha-se perdido aí o acento secundário. A primeira conclusão se fundamenta em algumas observações. Primeiro: no corpo da obra, as vogais da sílaba tônica recebem ora o acento agudo (*Chocoláte, Colhér, Barómetro*), ora o acento circunflexo (*Bofête, Burlêscas, Altarpedrôso*), do que se infere que serviam eles para distinguir vogais baixas e médias, respectivamente, em algumas circunstâncias, já que nem todas as sílabas tônicas mereciam acento gráfico. Segundo: ocorrem, nesses dados, pretônicas marcadas com acento agudo antes de grupos consonânticos como *cc, ct, pc, pt* (*Nóctívaga, Afféctuôsa, Objêçâm, Conjéctura*), conhecidos contextos de vogais baixas no português europeu moderno¹⁵³. Terceiro: muitas das pretônicas não-recuadas assinaladas com acento agudo precedem a consoante *l* (*Bélgrádo, Bélmônte, Béldroêga, Délgado*), contexto ainda hoje considerado propiciador de [ɛ] tanto no português europeu quanto no brasileiro (cf. SILVEIRA, 1964, p. 65; BARBOSA, 1965, p. 138-145; TEYSSIER, 1966, p. 191; MATEUS, 1982, p. 219-220). Quarto: finalmente, é o próprio Carmelo (1767, p. 137) que, nesse contexto (*___l*), estabelece uma relação entre acento agudo e qualidade de vogal quando ensina que “A letra E [...] antes de –l se pronuncia como se tivesse acento agudo”. Ora, o acento agudo era o sinal gráfico, estabelecido pela tradição, que marcava as tônicas, também baixas, e que Carmelo (1767) adotou, conforme se demonstrou acima.

Assim, considerando que os acentos agudos sobrepostos às vogais nas palavras dessa lista não assinalam apenas uma subtonicidade (se assim pode ser interpretada a noção de acento do autor) mas também a sua realização baixa, deve-se concluir que as pretônicas [+bx] no século XVIII não só existiam mas eram numerosas¹⁵⁴ e condicionadas fonológica e morfologicamente: a vizinhança

¹⁵³ Cf., entre outros, Viana (1883, p. 44-45), Nascentes (1953 [1922], p. 28-29) e Cuesta e Luz (1971, p. 260).

¹⁵⁴ É possível que o número exceda o dos registros encontrados, pois parece prática geral – até hoje adotada, aliás – só se assinalar a abertura das vogais quando elas recebem algum tipo de acento. Não se pode garantir se as letras *e* e *o* não assinaladas em *Octógenária* e em *Corréctiva* eram [+bx] ou [-bx]. Fatos como esses surpreendem por não terem sido considerados por romanistas como Révah (1958; 1959), Hart Jr. (1955) e Carvalho (1969b), que certamente não os desconheciam. Carvalho (1969b, p. 92) chega mesmo a concluir o oposto sobre a frequência das vogais abertas, embora as inclua depois, a “título provisório”, no quadro fonológico das pretônicas dos séculos XVI e XVIII: “Destas observações parece, pois, dever concluir inequivocamente que no princípio do século XVIII, ao menos na variedade idiomática representada por D. Luís Caetano (natural de Lisboa), os grafemas átonos *e, o* equivaliam (com exceção do *diminuto número de casos* em que representavam [ɛ] e [ɔ] na pretônica) sempre aos fones vocálicos [e] e [o], o mesmo em sílaba final, inclusive em hiato, onde hoje lhes corresponde geralmente uma

de certas consoantes e a sub-acentuação são fatores fonológicos claros nesses dados, assim como a interferência da morfologia se evidencia na referência que o autor faz à derivação em texto supracitado.

Mas não só Carmelo (1767) registra esses dados. Listas de palavras com dois acentos encontram-se também em Feijó (1739), que precedeu Carmelo em cerca de trinta anos, ainda que ele próprio advirta que “raras vezes se usa na mesma palavra o mesmo acento” (FEIJÓ, 1739, p. 134).

O uso dos acentos agudo e circunflexo, na obra de Feijó (1739), para distinguir o timbre das vogais é claro. Veja-se a definição em moldes acústicos, que ele próprio faz do seu uso:

Aqui só usaremos do acento agudo e do circunflexo: agudo para sinal do som predominante alto e forte para carregar na vogal que o tiver, que é este á, é, í, ó, ú. O circunflexo para sinal de que não havemos de carregar com toda força, mas com um meio tom ou semitom na vogal que o tiver, que é este â, ê, î, ô, û, v.g.. *Póvos* tem acento agudo na primeira sílaba, porque nela se deve levantar o tom carregando no **o** com todo o som que ele tem. *Pôvo*, ôvo têm acento circunflexo na primeira sílaba, porque devemos moderar o som de maneira que carregue só com meio tom o **o**. *Pôvo*, ôvo e não *Póvo*, óvo. (FEIJÓ, 1739, p. 134)

Para examinar melhor esse material tomem-se, inicialmente, as vogais em posição inicial absoluta e, em seguida, as vogais depois de consoantes.

4.1.2.1 Em posição inicial

Como outros já observaram, a substituição de [o] por [u] em posição inicial consta da lista de Carmelo (1767) como “abuso” frequente (documentam-se em cerca de 50 palavras). A pronúncia [u], inovadora, é rejeitada. Temos corrigidas *Ulivença* por *Olivença*, *Ullaria* e *Ulleiro* por *Olaria* e *Oleiro*, *Uperário* por *Operário*, *Urelha* por *Orelha*, entre outras. Nesta posição, *sem alternar com [u]* e com um exemplário um tanto reduzido, se encontra [ɔ], em contexto bem determinado, ou seja, quando a pretônica recebe um acento (o que acontece em vários casos antes dos grupos consonânticos já citados, como em *Ópçãm*, *Óptativo*, mas também fora deles: *Óxala*, *Óraçam*, *Óradôr*).

Um século depois, Viana (1883) revela uma distribuição estrática bem diversa dessas pronúncias em sílaba inicial fechada: [u] torna-se a pronúncia culta e se rejeita a realização [+bx], [ɔ], que é a do povo, sem se cogitar – ressalte-se – de uma outra, [-bx]. Confira-se:

semivogal fechada [ĩ ũ] (égoa, fêmea)” (grifos meus).

As vogais **a** e **o**, quando elas são iniciais em uma palavra numa sílaba fechada, guardam geralmente o som aberto; se pronuncia pois *hortelão*, *hospedar*, *armário* e *aspirante* como *òrtelãũ*, *òspedár*, *àrmáriũ*, *àspirãtẽ*¹⁵⁵. Ouve-se frequentemente *ũrticũltũrã* (*horticultura*) *ãrmãzãĩ* (*armazém*) e sobretudo *ãspirár*; esta pronúncia, contudo, não é a do povo, se bem que bastante comum entre pessoas instruídas, que têm uma pronúncia própria a elas; o povo continua a dizer *ũ àrmãzãĩ* (*um armazém*), *ũ òrtelãũ* (*um hortelão*), *ũ mòšpẽdãrĩã* (*uma hospedaria*)¹⁵⁶. (VIANA, 1883, p. 58)

Essa realização baixa, popular, é a que deve ter inspirado, no Brasil, Silva (1879, p. 31), que, recomendando a “pronúncia brasileira” de [e] e [o] – em posição inicial absoluta ou depois de consoante – a jovens recém-chegados das universidades portuguesas, diz que, para os portugueses, o “[...] ô fechado não pode, como ê, ser por eles empregado fora da sílaba de acento prosódico e dizem ou *hóspital*, *óficial*, *óbservatório*, *prócuração*, *ócasão* ou *cucadeira*, *mudista*, *murrer*, *curtar* (cast. *Cortar*), apesar de parecer a quem ouve que ele vem de *curto*”, ressaltando, porém, em nota jocosa, a possibilidade de, aqui, alternarem [o] e [u] em alguns casos: “Confessemos que no Rio de Janeiro pronunciamos *culégio*, *cularinho*, *culete*, *culher*, e só não dizemos *cucadeira*, por se recear talvez que o ouvinte se distraia murmurando: sim, porém, mal... e perca o fio do discurso” (p. 66). E conclui mais tarde:

Na fala do Brasil **o** está para **o** de Portugal como o nosso **e** está para o homônimo de lá. Se os *Primos* excluem ô fechado da sílaba não prosodicamente acentuada, nós outros excluimos dela ó aberto, fechando-o se passa de um vocábulo para um seu derivado¹⁵⁷. (SILVA, 1979, p. 33)

A tendência a pronunciar como baixo o /O/ inicial conserva-se em Portugal no século XX. Vasconcelos (1901) registra, nos dialetos da Estremadura e do

¹⁵⁵ No sistema de transcrição de Viana (1883, p. 54-57), ò, à são vogais plenas de timbre aberto, logo baixas, e *ã* *ẽ* *ũ* *ẽ* *ũ* são todas vogais reduzidas. Nesse último grupo a diferença de notação corresponde à diferença de contextos onde elas ocorrem.

¹⁵⁶ Do original: “Les voyelles **a** et **o**, lorsqu’elles sont initiales d’un mot dans une syllabe fermée, gardent généralement le son ouvert; on prononce donc *hortelão*, *hospedar*, *armário* et aspirante comme *òrtelãũ*, *òspedár*, *àrmáriũ*, *àspirãtẽ*. On entend souvent *ũrticũltũrã* (*horticultura*), *ãrmãzãĩ* (*armazém*) et surtout *ãspirár*; cette prononciation, cependant, n’est pas celle du peuple, quoique assez commune parmi les gens instruits, qui se sont fait une prononciation, à eux; le peuple continue de dire *ũ àrmãzãĩ* (*um armazém*), *ũ òrtelãũ* (*um hortelão*), *ũ mòšpẽdãrĩã* (*uma hospedaria*)” (tradução minha).

¹⁵⁷ Silva (1879) deixa explícito que está descrevendo o uso na variedade do Rio de Janeiro, embora generalize para a *fala do Brasil*.

Alentejo, as ocorrências de [ɔ] e de [o], que, segundo ele, em outras partes do país e “na língua literária, se pronuncia –u” (VASCONCELOS, 1901, p. 101).

Barbosa (1965, p. 136) admite no português ultramarino uma variante baixa em posição inicial “notadamente diante de *r*, em certos dialetos menos polidos”. Segundo o autor, é possível mesmo alternar toda a série [u] :: [o] :: [ɔ], de acordo com uma certa “distribuição social”:

[...] tal é, por exemplo, o caso de *operário*, *hospedar*, *ouvir*, cuja vogal inicial, que é [o] no falar da maioria das pessoas cultas, e pode ter o timbre [u] ou [ɔ] em outros idioletos, da mesma forma que o [u] que se atesta no falar normal de Lisboa em uma forma como *urinar* é substituído por [o] ou por [ɔ] em dialetos populares.¹⁵⁸ (BARBOSA, 1965, p. 136)

No dialeto baiano que aqui se estuda, é predominante a realização baixa nessa posição¹⁵⁹. Pela documentação disponível, assim se dá também no resto do Nordeste e no Norte, ao contrário do Sul, região (parte dela, o Rio de Janeiro) a que se referiam as observações de Silva (1879) acima expostas.

Quanto à vogal não-recuada, há muito poucos indícios de que se realizasse como baixa em posição inicial de palavra, como ocorria com a sua contraparte recuada. Os únicos exemplos de que se dispõe (*hervada*, *herética*, *edificar*, *edifício/edefício*) foram registrados na obra de João de Barros por Teyssier (1966, p. 191-192), que os explica por razões etimológicas. Embora muito frequentes (*heréticas*, por exemplo, ocorre 50 vezes), o que afasta a hipótese de erro dos copistas, são muito pouco numerosos os itens lexicais em que ocorrem para constituírem uma documentação comprovadora.

Em Carmelo (1767) nota-se apenas a tendência de [e] passar a [i] pelo que se deduz da “lista de correções”: *Hidionda* corrigida para *Hedionda*, *Inorme* corrigida para *Enorme*, *Impolgar* corrigida para *Empolgar*, *Incampar* corrigida para *Encampar*, *Izquiróla* corrigida para *Esquiróla*. Mas se essa inclinação da língua popular emerge facilmente da lista, não se pode ter certeza quanto à altura (baixa ou média) da vogal da forma prestigiada, uma vez que só em sílabas que detêm o “segundo acento” essa distinção foi feita. Desse ponto de vista, a pronúncia

¹⁵⁸ Do original: “[...] tel est, par exemple, le cas de *opérario* (ouvrier), *hospedar* (héberger), *ouvir* (entendre), dont la voyelle initiale, qui est [o] dans le parler de la plupart des gens cultivés, peut avoir le timbre [u] ou [ɔ] dans d’autres idioletes, de même que le [u] que l’on atteste dans le parler normal de Lisbonne dans une forme comme *urinar* (uriner) se voit remplacé par [o] ou par [ɔ] dans des idioletes ‘populaires’” (tradução minha).

¹⁵⁹ Cf. seção 2.2.1.2 para a descrição completa desse uso em Salvador.

do E inicial em *Hedionda*, *Esquiróla*, *Epilépsia*, *Ecónomia* tanto poderia ser [e] quanto [ɛ].

O [ɛ], baixo, em posição inicial absoluta também não encontra registro em Viana (1883). Ao contrário, as suas observações se referem à realização alta, [i], combatida por Carmelo (1767), como se vê no trecho: “[...] quando uma palavra começa por **e** (ou **he**) átono, este **e** se pronuncia **î** diante de uma contínua palatal, diante de todas as outras consoantes; **elogio** e **esposo** se pronunciam *ilujíu*, *îşpôsu*” (VIANA, 1883, p. 58)¹⁶⁰.

A menos que a Viana (1883) tenha escapado uma variante baixa (com o que poucos concordariam), a realização que Barbosa (1965, p. 136-138) observa em vários dialetos em determinados contextos (diante de l e R)¹⁶¹ é uma restauração recente, uma vez que não se poderia negar que [ɛ] (inicial ou não), pelo menos diante de l, seja um fato antigo na língua. Ele já é reconhecido, como já se viu em páginas anteriores, no século XVIII por Carmelo (1767).

A hipótese de restauração pela ortografia é possível e mesmo provável, a julgar por este trecho de Barbosa (1965, p. 137), referente ao e em posição inicial de palavra: “Pouco importa que os timbres ê e è não sejam tradicionais diante de /N/ e /R/, respectivamente; mesmo se eles são devidos, na origem, à influência da ortografia, não fazem menos parte do inventário de unidades fônicas de que se servem numerosos locutores”¹⁶².

4.1.2.2 Em posição não-inicial

Em posição não-inicial são ainda as listas de Carmelo (1767) que fornecem maiores informações sobre a abertura das médias pretônicas nos séculos passados. Ainda condicionadas à presença do “segundo acento” (ou só neste contexto

¹⁶⁰ Do original: “[...] lorsqu’un mot commence par e (ou he) atone, cet e se prononce **î** devant une continue palatale, **î** devant toute autre consonne; *elogio* et *esposo* se prononcent *ilujíu*, *îşpôsu*” (tradução minha).

¹⁶¹ Confira-se: “Na série anterior, os dois fones ê e è representam um só fonema. De fato, è só é atestado, em início de palavra, diante de /l/ e /R/, ao passo que ê só o é diante de /N/ e /w/ (seguido ou não de /S/)” (BARBOSA, 1965, p. 136). Do original: “Dans la série antérieure, les deux phones ê et è représentent un seul phonème. En effet, è n’est attesté, à l’initiale de mot, que devant /l/ et /R/, alors que ê ne l’est que devant /N/ et /w/ (suivi ou non de /S/)” (tradução minha). O contexto “diante de R” também é reconhecido por Barbosa (1965, p. 136) como favorecedor de [ɔ], em “dialetos menos polidos”, conforme se verá mais adiante.

¹⁶² Do original: “Peu importe que les timbres [e] et [ɛ] ne soient pas traditionnels devant N et R, respectivement, même s’ils sont dus, à l’origine, à l’influence de l’orthographe, il n’en reste pas moins qu’ils se trouvent faire partie de l’inventaire des unités phoniques dont se servent régulièrement plusieurs locuteurs” (tradução minha).

reveladas?) e de grupos de consoantes vizinhas, registram-se [ɔ] e [ɛ], a primeira menos frequente do que a segunda, mas em número, ainda assim, expressivo.

Não se pode pensar rigorosamente em termos de frequência quando se trata de dados como esses. Os ortógrafos – como se faz até hoje – sinalizavam os dois graus de abertura só em sílabas acentuadas, intuindo, provavelmente, o afrouxamento das oposições em contextos inacentuados, circunstâncias em que as variações são toleradas. Vale mais, então, observarem-se os dados em sua especificidade.

Encontram-se registradas em Carmelo (1767) cerca de 40 palavras com [ɔ] em sílaba antes da tônica. Em todas elas a vogal aberta se encontrava em sílaba secundariamente acentuada e algumas antes dos grupos consonantais já referidos: *Jecócçâm*, *Cógniçâm*, *Adòptár*. Em outras se poderia reconhecer a influência do R (*Lórdello*, *Mórtecôr*, *Nórdéste*, *córar*, *górár-se*) a que modernamente se referem Barbosa (1965, p. 136), em trecho citado anteriormente, e Mota (1979, p. 140)¹⁶³. Em outros vocábulos o [ɔ], “aberto”, não parece se justificar senão pelo acento secundário: *Cóchim*, *Cótio*, *Disóvár*, *Envóvia*, *Espójár-se*, *Ecónomia* etc.

Feijó (1739) também dá testemunho da realização de [ɔ] em posição não-inicial de sílaba. Encontram-se, no seu trabalho, aproximadamente 25 ocorrências dessa vogal em sílaba pretônica, nos mesmos contextos registrados anteriormente em Carmelo (1767): antes de certos grupos consonantais (*Adópção*, *Adóptivo*, *Nóctiluz*); precedendo /R/ ou /r/ (*Mórtecôr*, *Mórdomo*, *Córagem*); e em outros contextos (*Estópada*, *sótavento*) onde só o acento secundário poderia justificá-la.

As pretônicas baixas não-recuadas são muito mais numerosas nas listas de Feijó (1739) e de Carmelo (1767). Da lista do primeiro constam mais de 50 palavras onde ocorre o [ɛ] pretônico; da lista do segundo, mais de 200. Entre elas, um número razoavelmente grande está no contexto de ____l, que corresponde ao da regra explicitada por Carmelo (1767) já aqui mencionada (cf. 2.1.2). Encontram-se em ambos os ortógrafos: *Béltrão*, *Adélgaçar*, *Béldáde*, *Délgáda*, *Félpada*, *Félpudo*, *Mélgáço*, *séttada*, *sélvática*, entre outras.

¹⁶³ Confira-se: “[...] é muito frequente no dialeto a realização da vogal inacentuada como [+bx] quando na mesma sílaba ou em sílaba contígua ocorre uma das consoantes /r/ ou /x/. Esta frequência não se limita a Ribeirópolis, mas estende-se por uma área mais ampla, como se pode comprovar com ocorrências de algumas formas aqui citadas em outras localidades de Sergipe ou da Bahia” (MOTA, 1979, p. 140). Na transcrição dessa autora, o símbolo /r/ representa o fonema consonântico vibrante simples e o símbolo /x/, a fricativa velar, que alterna, entre outras, com a vibrante múltipla de outros dialetos.

Observa-se que algumas dessas palavras (*Séttáda*, *Sélvática*) são derivadas, guardando a qualidade da vogal tônica primitiva, processo que vigora ainda na língua contemporânea (cf. 2.1.4).

Por outro lado há, em grande número, palavras em que a vogal portadora do “segundo acento” se encontra antes dos grupos *cç*, *ct*, *pç*, *pt*, *gm*, *gn*, que, como já se disse, ainda condicionam vogais baixas no português lusitano moderno: *Projécçâm*, *Sécção*, *Arquitéctûra*, *Colléctâr*, *cóllecção*, *dilécção*¹⁶⁴, *Obrépcâm*, *Percépçâm*, *Concéptivel*, *Excéptuár*, *Esmégmática*, *Ségmento*, *Régnânte*, *Rég-nativa* e muitos outros. Ao lado desses outros, veem-se ainda *Fléxivél*, *Refléxiônár*, *Séxagésima*, *Séxénio*, *Véxaçâm*, *Véxâr*. Observe-se que apenas nas duas últimas palavras o grafema *x* que segue a vogal [ɛ] não representa hoje o grupo [ks] no Nordeste.

Finalmente, fora de todos esses grupos – e sem origem nos ditongos latinos *ae* ou *ee* –, há um certo número de *es* baixos portadores do “segundo acento”: *Répública*, *Rézênde*, *Rhétórica*, *Véreadôr* e *Epilépsia*, cujo grupo, *ps*, não foi mencionado por ninguém.

Viana (1883), um século depois, não desconhecia a existência de [ɛ] e [ɔ] em sílaba pretônica e os explica:

Nós queremos ainda ressaltar que uma vogal átona que não é neutra, isto é, um *e*, um *a*, um *o*, que guardam a pronúncia de á, è (ê), ò (ô) em uma sílaba aberta indica na maioria dos casos o *desaparecimento de uma consoante, de uma vogal ou de uma sílaba inteira*. Assim a palavra [...] *credor* (*krèdôr*) é uma contração de *creedor*, de *creditorum* [...]. O verbo bastante moderno *optar* se pronuncia *ôptâr*; o verbo mais antigo *adoptar* se pronuncia *qđôtâr* ou *qđýtâr*¹⁶⁵. O *p*, o mesmo que o *c*, é geralmente nulo diante de *t*, ele torna aberto, contudo, as vogais *a*, *e*, *o*, que precedem, e que sem essa consoante se tornariam *ã*, *ẽ*, *õ* ao perderem o acento. (VIANA, 1883, p. 44-45)¹⁶⁶

¹⁶⁴ Entre os dois ortógrafos há uma divergência na grafia de [ãw̃] final. Feijó (1739) prefere *-ão*, Carmelo (1767), *-âm*.

¹⁶⁵ O pequeno círculo em *ã*, *ẽ* serve para transcrever vogal neutra.

¹⁶⁶ Do original: “Nous ferons encore remarquer qu’une voyelle atone qui n’est pas neutre, c’est-à-dire un *e*, un *a*, un *o* qui gardent la prononciation de à, è (ê), ò (ô) dans une syllabe ouverte indiquent dans la plupart des cas la disparition d’une consonne, d’une voyelle, ou d’une syllabe entière. Ainsi le mot [...] *credor* (*krèdôr*) est une contraction de *creedor*, de *creditorum* [...]. Le verbe assez moderne *optar* se prononce *ôptâr*; le verbe plus ancien *adoptar* se prononce *qđôtâr* ou *qđýtâr*. Le *p*, de même que le *c*, est généralement nul devant *t*; il rend ouvertes, cependant, les voyelles *a*, *e*, *o*, qui précèdent, et qui sans cette consonne seraient devenues *ã*, *ẽ*, *õ*, en perdant l’accent” (tradução minha).

Essa explicação, contudo, não é suficiente para cobrir todos os casos de vogais baixas da lista de Carmelo (1767). Parece que assim não se explicam, por exemplo, *répública* (<*rēspūblica*), *Rhétórica* (<*rhētórica*), *nórdeste* (fr. *nordest*), *enxóvia* (talvez do árabe *ās- šāuīa*).

A frequência das vogais baixas que emerge dessa lista pode ser talvez a razão da impressão de Silva (1879, p. 26-27) de que os portugueses tivessem “antipatia pronunciada contra ê fechado”. Comenta o autor nas mesmas páginas: “E fora da sílaba do acento prosódico nunca pode ser fechado, como ensina S. Barbosa aos portugueses. Por isso ou dizem *véstoria*, *esquécimento*, *métade*; ou *m’tade*, *m’droso*, *v’rdolengo*”.

Ainda que essa observação estivesse imbuída de um certo exagero, no contexto de ____l, pelo menos, o português europeu moderno tende a substituir os seus já raros [e]s por [ɛ]s, de acordo com a informação de Barbosa (1965, p. 145):

Deve-se, no entanto, excluir do sistema de oposições /e/-/ɛ/ que parece atestar, diante de /L/ final de sílaba, a natureza respectiva das vogais de *feltrar*, *felpar* e *relvar*, *selvagem*: com efeito, não há senão muito poucas palavras onde se encontra um [e] na posição indicada, o que explica que, mesmo nessas palavras, o timbre seja frequentemente substituído por [ɛ], o que é notadamente o caso em *felpado*, *felpudo*¹⁶⁷. (BARBOSA, 1965, p. 145)

Observe-se que as últimas palavras tidas como exemplo de substituição de [e] por [ɛ] já têm a pretônica aberta desde as listas de Carmelo (1767), como citado acima.

Na grafia de João de Barros, esse condicionamento já era pressentido, pelo que se infere da manifestação cautelosa de Teyssier (1966, p. 191): “Sobre os casos onde as oposições se anularam, as grafias não são muito explícitas. Mas se pode supor que, diante de l velar, havia sempre ‘E grande’. É o que implica a pronúncia atual [o autor se refere à de Portugal], por exemplo, de *delgado* com ɛ”¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Do original: “On doit cependant exclure du système l’opposition /e/-/ɛ/ qui semble attester, devant L final de syllabe, la nature respective des voyelles de *feltrar* ‘feutrer’, *felpar* ‘pelucher’ et de *relvar* ‘gazonner’, *selvagem* ‘sauvage’: il n’y a en effet que très peu de mots où l’on trouve un [e] dans la position indiquée, ce qui explique que, dans mots mêmes, ce timbre soit souvent remplacé par [ɛ], ce qui est notamment le cas dans *felpado* ‘velu, peluché’, *felpudo* ‘peluché’” (tradução minha).

¹⁶⁸ Do original: “Sur les cas où les oppositions s’annulaient, les graphies ne sont pas très explicites. Mais on peut supposer que, devant l vélaire, on avait toujours “E grande”. C’est ce qu’implique la prononciation actuelle, par ex. *delgado* avec ɛ” (tradução minha). Na transcrição do autor, ɛ = [ɛ].

O grande número de pretônicas abertas das listas desses ortógrafos, sobretudo na de Carmelo (1767), também coincide com a frequência delas na obra de João de Barros (1540), conforme ensina seu pesquisador: “Em um número bastante grande de palavras se encontra o grafema *ẽ* em posição pretônica, misturado a *e*” (TEYSSIER, 1966, p. 191)¹⁶⁹.

Essa coincidência não se verifica apenas no número, mas até em algumas palavras que, na obra de João de Barros (1540), de acordo com o estudo de Teyssier (1966), são grafadas com *e*. Estão nas três obras, na do século XVI e nas do século XVIII¹⁷⁰, alguns vocábulos que, vale notar, em Barros (1540) não são marcados por um segundo acento:

Quadro 9: Lista comparativa

João de Barros (1540)	Feijó (1739)	Carmelo (1767)
-	<i>acrédor</i>	<i>acrédôr</i>
<i>bẽsteiros</i> ¹⁷¹	-	<i>béstêiro</i>
<i>conjectura</i>	-	<i>conjëctûra</i>
<i>crẽdor</i>	<i>credor</i>	<i>crédôr, crêdôra</i>
<i>frẽcheiros</i>	-	<i>fréchêiro</i>
<i>frẽchar</i>	-	-
<i>frẽchada</i>	-	-
<i>gẽrar</i>	-	<i>gérâr</i>
<i>gẽraçam, gẽraçã</i>	<i>geração</i>	<i>gêraçâm</i>
<i>gẽravam</i>	-	-
<i>gẽrou</i>	-	-
<i>gẽrado</i>	-	-
<i>gẽral, gẽraes</i>	-	-
<i>gẽralmente</i>	-	-
<i>mẽzinha</i>	<i>mezinha</i>	<i>mézinha</i>
-	<i>mézinhar</i>	<i>mézinhar</i>
-	<i>pregadores</i>	-

¹⁶⁹ Do original: “Dans un assez grand nombre de mots on trouve le graphème *ẽ* en position prétonique, mêlé à *e*” (tradução minha).

¹⁷⁰ A coincidência entre as listas de Feijó (1739) e Carmelo (1767) é maior e foi objeto de estudo cuidadoso em outra ocasião... Este capítulo foi publicado em forma de artigo em 2013, na revista *Linguística*, v. 9, n. 2, p. 121-138, Rio de Janeiro, UFRJ, sob o título “Uma possível história das pretônicas brasileiras”.

¹⁷¹ Observe-se que *ẽ* é a notação de Barros (1540) para a vogal aberta.

<i>pregando</i> (dar conselho)	<i>pregar</i>	<i>prégar</i>
<i>pregara</i>	-	-
<i>pregação</i>	-	-
<i>setada</i>	-	<i>sétada</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Deixando de lado a sempre possível ocorrência de erros, Teyssier (1966, p. 191-193) apontou três origens para os numerosos [ɛ]s da obra de Barros (1540): as duas etimológicas, mencionadas por Viana (1883, p. 44-45), anteriormente citado, ou seja, a redução do ditongo latino *ae* e a do hiato *ee* – como em *preposições* (< *praepositio*) e *possedores* (que ele relaciona com o esp. *poseedor*); e uma morfológica, segundo a qual os derivados costumam reter em sílaba pretônica a vogal aberta, primitivamente tônica (como *adverbiais* em relação a *advérbio*). Como já se viu, esse processo, ainda vivo na língua moderna, se verifica também em Carmelo (1767), o que parece sugerir uma ligação entre as três sincronias.

Além disso, a interseção entre os dados de Barros (1540), Feijó (1739) e Carmelo (1767) conduz à conjectura de que, deixando de lado o natural desaparecimento de uns vocábulos – como realmente aconteceu com *trędor*, *posędor*, segundo Teyssier (1966, p. 192) – e o aparecimento de outros, essas listas sejam apenas uma parte (talvez pequena) do vocabulário real da época a conter pretônicas baixas, omitidas por gramáticos e ortógrafos, possivelmente por não lhes conferir importância para os seus propósitos. Em outras palavras, é possível supor que o número de vocábulos com pretônicas baixas excedesse significativamente às listas mencionadas.

É curioso que a maioria dessas palavras seja assim pronunciada hoje nos dialetos do Nordeste. Ao contrário do Sul, ouve-se aqui, como também em Portugal, por exemplo, *arquit[ɛ]tura*, *s[ɛ]ção*, *s[ɛ]gmento*, *v[ɛ]xar*, *r[ɛ]tórica*, *v[ɛ]reador* etc., como se seguissem o exemplo de antigos ortógrafos.

Realmente, como se disse desde o início, não permitem conclusões definitivas os ensinamentos colhidos de gramáticos do passado sobre o vocalismo do português antigo, principalmente no que se refere à alternância entre médias e baixas.

A preocupação com a norma prestigiada que se pretendia ensinar através das gramáticas e ortografias, o conseqüente desinteresse por outras normas dialetais (que só se mencionava para corrigir) e a discussão ortográfica que permeava as

descrições são provavelmente as causas de não terem sido registrados outros pormenores sobre a pronúncia das pretônicas.

Assim, as poucas referências a realizações baixas de vogais pretônicas parecem ter levado os mais competentes romanistas a rejeitarem esses pequenos indícios e a concluírem pela tese de que eram sempre [e] e [o] as médias nessa posição nos primeiros séculos de existência da língua, crença que ainda hoje permanece nos estudos da língua portuguesa no Brasil. Os [ɛ]s e [ɔ]s parecem não ter deixado de fazer parte do inventário de vogais da língua em sílaba pretônica nos séculos XVI e XVIII (obviamente também no XVII) ao lado dos [e]s e [o]s, embora, como ainda hoje, se opusessem muito raramente (*pr[ɛ]gar*, *pr[o]gar*).

O interesse de compreenderem e codificarem os dialetos mais prestigiados – que só relativamente admitiam [ɛ] e [ɔ] em sílabas pré-acentuadas – talvez também tenha favorecido essa conclusão. Não se observa, por exemplo, nas obras consultadas nenhuma menção às listas de vogais “abertas” de Carmelo (1767), que certamente não desconheciam. Na verdade, Teyssier (1966) parece ter sido o único a revelar, com seu estudo, que no século XVI não eram raras as pretônicas baixas – principalmente com referência a [ɛ] –, contrariando a opinião generalizada.

Entretanto, se juntarmos os dados aqui arrolados, seria possível concluir que:

- a. [ɛ] e [ɔ] pretônicos não só se documentam na língua desde o século XVI, ao lado de [e], [o] e [i], [u], mas também não eram raros, como acreditavam alguns;
- b. as alternâncias entre [e] e [i] e entre [o] e [u] já existiam desde então;
- c. conforme revelou o estudo de Teyssier (1966) sobre a grafia de João de Barros, já se fazia sentir a pressão morfológica que tende a transferir às pretônicas dos derivados o traço [+bx] da tônica dos primitivos;
- d. a partir do século XVIII documentam-se algumas formas de condicionamento fonológico da pretônica (a consoante lateral favorece [ɛ], mas /R/ favorece [ɔ], e ambos eram favorecidos pelo acento secundário).

É possível, como se vê, levar adiante este estudo. Por ora, apenas opto por desconfiar da crença muito difundida de que as pretônicas dos falares do Norte tenham origem no substrato indígena, embora admita que esse pode ser um fator coadjuvante na mudança que se operou no português transplantado durante o

período da colonização. No momento prefiro, como hipótese de trabalho, como o fez Silva Neto (1976, p. 167-168), serem as pretônicas abertas produto de uma “generalização, visto que a pronúncia de Portugal, como se sabe, prefere como abertas, vogais pretônicas decorrentes de crases antigas”. E, acrescente-se agora, há outra razão: o testemunho de documentos antigos que contêm indícios de que não eram só as pretônicas provenientes de crases que se realizavam com o timbre aberto desde o século XVI.

4.2 AS PRETÔNICAS NOS DIALETOS BRASILEIROS

O estudo das pretônicas brasileiras se reveste de maior importância desde que foram elas, ao lado da “cadência”, consideradas por Nascentes (1953 [1922]), como já se mencionou na introdução deste trabalho, um marco fundamental na divisão dos dialetos geográficos brasileiros. Apesar de essa observação de Nascentes datar de 1922 (na sua primeira edição de *O linguajar carioca*), ser reafirmada em 1933 (em *O idioma nacional*) e em 1953 (na segunda edição de *O linguajar carioca*, quando reformula a divisão dialetal do Brasil), somente no início da década de 1980 começaram a surgir investigações sobre esse tema com certo (e variável) rigor metodológico.

Quando esta pesquisa se iniciou, os trabalhos mais importantes eram, sem dúvida, o de Mota (1979), também o pioneiro, sobre o dialeto de analfabetos de uma cidade sergipana (Ribeirópolis), o de Silva (1980), sobre a fala de Manaus, abrangendo dialetos sociais variados, e o de Bisol (1981), que, além de trabalhar no Rio Grande do Sul com amostras de dois grupos sociais (cultos e não-cultos), ampliou sua observação sobre as pretônicas em descendentes de quatro etnias referidas por ela como metropolitanos, italianos, alemães e fronteiriços. Essas pesquisas, realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação (Mestrado ou Doutorado), destacam-se pelo rigor metodológico – embora partam de pressupostos teóricos diferentes – e fornecem informações preciosas para o conhecimento mais profundo do tema.

Contava-se, ainda, à época com um projeto em andamento sobre as pretônicas no Rio de Janeiro, da responsabilidade das pesquisadoras Dinah Callou e Yonne Leite, com os mesmos pressupostos teóricos e metodologia de que partem o trabalho de Bisol (1981) e este. Além dos citados, outros trabalhos forneciam informações mais ou menos pormenorizadas de várias partes do Brasil, que podiam ser confrontadas com as observações de Nascentes (1953 [1922])¹⁷².

¹⁷² Nos cerca de trinta anos que separam a conclusão deste trabalho e a presente edição, surgiram

Na divisão de 1953, que ele revela ter sido feita depois de ter percorrido todo o território brasileiro, Nascentes separa os falares do Brasil em dois grandes grupos, o do Norte e o do Sul. Caracteriza o Norte pela “cadência e existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *–mente*” (p. 25)¹⁷³. Inclui no grupo do Norte o *subfalar amazônico*, compreendendo Acre, Amazonas, Pará e parte de Goiás, e o *subfalar nordestino*, compreendendo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Curiosamente, ao lado dos *subfalares sulista* (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sul de Goiás e de Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Mato Grosso), *mineiro* (Centro-Oeste e parte do Leste de Minas Gerais) e *fluminense* (Espírito Santo, Rio de Janeiro, a Zona da Mata e parte do Leste de Minas Gerais), está incluído o *subfalar baiano* (Sergipe, Bahia, Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais e parte de Goiás), considerado intermediário entre os dois grupos.

Tendo em vista que o traço distintivo entre os falares do Sul e os falares do Norte são as vogais abertas, seria obrigatório concluir ou que o *subfalar baiano* fizesse parte dos grupos do Norte, ou que nele esse traço não existisse. Esta última alternativa fica afastada pelas próprias palavras de Nascentes (1953 [1922]), quando limita a zona onde esse fenômeno ocorre:

Eles [os falares do Sul e do Norte] estão separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país. Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome [...]. (NASCENTES, 1953 [1922], p. 25)

A linha divisória estabelecida por ele separa, pois, no grupo do Norte o falar baiano e no do Sul, o fluminense. É impossível que essa contradição na classificação dos subfalares seja apenas aparente e que encontre explicação no caráter “intermediário” atribuído pelo autor ao *subfalar baiano*. Não há aqui elementos suficientes para elucidar esse ponto, mas também não restam dúvidas sobre a

muitas pesquisas sobre as vogais pretônicas do português que reportarei adiante.

¹⁷³ Aguiar (1937) faz uma divisão um pouco diferente: “A fragmentação dialetal não parece tão grande como era de se esperar da vastidão do território. Quanto ao norte, pelo menos, talvez não erre quem, tirando uma linha reta do Acre ao Atlântico, cortando uma ponta de terra da Bolívia, o norte do Mato Grosso, de Goiás e da Bahia e separando o resto do País da parte desses estados que fica acima dela, bem como o Acre, o Amazonas, o Pará, o Maranhão, o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, localize aí, nessa imensa região, um só dialeto” (AGUIAR, 1937, p. 272).

presença de pretônicas “abertas” no *subfalar baiano*, como atestam outros trabalhos, alguns mais recentes¹⁷⁴, dos quais se falará mais adiante.

Na bibliografia que se reuniu para esta pesquisa não havia então informações sobre o *subfalar mineiro* e havia poucas sobre o *subfalar sulista*. Além do trabalho de Bisol (1981), supracitado, que é um estudo extensivo da área gaúcha, recolhi informações esparsas no famoso livro de Amadeu Amaral, *O dialeto caipira* (1976), cuja primeira edição é de 1920, e em *O dialeto caipira na região de Piracicaba* (1974), de Ada N. Rodrigues.

O trabalho gaúcho, baseado nos pressupostos da Sociolinguística e adotando sua metodologia, confirma a ausência das “pretônicas abertas” nas condições explicitadas por Nascentes (1953 [1922]). Essa pesquisa, que examina um grande número de dados colhidos entre várias comunidades (dos metropolitanos cultos e não cultos, dos descendentes de portugueses, italianos e alemães), concentra-se no estudo das variações entre pretônicas médias ([o], [e]) e altas ([u], [i]) dentro do conceito de *regra variável* de Labov (1982 [1969]). Essa alternância, diferentemente da que se verifica entre médias e baixas, não constitui, porém, um traço delimitador dos falares, como se verá no decorrer desta revisão.

A elevação de /E/ e /O/ está documentada também no dialeto caipira por Amaral (1976 [1920]) e Rodrigues (1974). Mas somente a última autora registra alternância [ɛ] e [e] ([ɛ]l[ɛ]fante :: [e]l[e]fante; s[ɛ]tembro :: s[e]tembro) (p. 147) e entre [ɔ] e [o] (n[ɔ]vembro :: n[o]vembro) (p. 149) na fala caipira paulista. Talvez tal alternância seja uma inovação no dialeto ou talvez seja o registro resultado de uma observação sistemática de cerca de 20 horas de fala, que a tecnologia moderna possibilitou à autora ouvir repetidas vezes. O registro de Rodrigues (1974), por ser restrito a Piracicaba e numericamente pouco representativo, não invalida a divisão de Nascentes (1953 [1922]), mas nos desafia a uma pesquisa mais extensa para verificar os limites dessa alternância hoje. Mas é interessante observar que a variação em dois dos dados fornecidos por Rodrigues (1974) ocorre no contexto de vogal nasal, contexto que condiciona a vogal baixa no dialeto baiano (cf. 2.1.2) e que não foi encontrado nas pesquisas sobre o Rio de Janeiro.

Dentro do *subfalar fluminense* as pretônicas da variedade carioca eram as mais contempladas na observação dos estudiosos, senão as únicas contempladas até o momento em que este trabalho foi escrito. Trataram delas, mais ou

¹⁷⁴ Cf. Mota (1979) sobre Ribeirópolis-SE e Cardoso (1986), sobre Bahia e Minas Gerais.

extensamente, por exemplo, Silveira (1921, 1964)¹⁷⁵; Câmara Jr. (1977¹⁷⁶ e 1970); Houaiss (1958), que a elas dedicou uma boa parte da sua comunicação durante o *1º Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*; Leite (1974); Lemle (1974); e Pontes (1977). Além desses trabalhos, como já se disse, há a pesquisa de Callou e Leite (1986a, 1986b), que ainda se encontravam trabalhando sobre o tema.

Nenhum desses estudos deixa de mencionar a alternância entre altas e médias, mas nem todos registram a ocorrência de pretônicas baixas no dialeto carioca. Houaiss (1958, p. 282) chega até a negá-las na variedade culta, dizendo: “Na área dita carioca, salvo em alienígenas a ela, não se manifesta nas vozes proclíticas sobretudo **o’ e’**, o forte timbre aberto tão característico”.

Câmara Jr. (1970, p. 33) exclui /ɛ/ e /ɔ/ do quadro dos fonemas pretônicos, mas isso não autoriza a conclusão de que esses segmentos não ocorressem no nível fonético: “Nas vogais médias antes de vogal tônica (pretônicas) desaparece a oposição entre 1º grau e 2º grau *com prejuízo daquele* na área cujo centro é o Rio de Janeiro” (grifos meus).

Parece ser o entendimento correto que, no dialeto carioca, as médias abertas, ou seja, [ɛ] e [ɔ], desaparecem em favor das fechadas, [o] e [e]. De fato, em 1949, em sua tese de doutorado, Câmara Jr., citando Silveira (1921) na edição de 1937, p. 355, descreveu um fenômeno de harmonia vocálica que atinge “até [rè'meti] – isto é, *remete* com [è] átono inicial aberto por causa do /è/ tônico aberto, ao lado de /re'metu/ com o /e/ átono fechado em harmonia com o tônico fechado” (CÂMARA JR., 1977, p. 60). Pelos colchetes usados para a variante com pretônica baixa depreende-se que o autor lhe atribui apenas *status* fonético nessa posição¹⁷⁷, sendo essa a razão pela qual a exclui do texto de *Estrutura da língua portuguesa*, de 1970, citado acima.

A variação entre alta, média e baixa é testemunhada por Silveira (1921, p. 21) também quando se trata da vogal recuada: “A letra **o**, quando representa uma vogal átona, pode por nós ser lida ó, ô e **u**: *mòcòtò, coronel, coruja(u), sotaque(u)*”.

Todos, porém, que constataram “pretônicas abertas” no dialeto carioca apresentam poucos dados ou falam da sua raridade. Veja-se, por exemplo, Pontes

¹⁷⁵ Trata-se da 7ª ed. de *Lições de português*, publicadas primeiramente em partes, em vários números da *Revista de Língua Portuguesa*, e depois, em 1923, reunidas em livro.

¹⁷⁶ Trata-se da 2ª edição de *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, sua tese de doutorado de 1949, publicada em 1953.

¹⁷⁷ Lembre-se de que Câmara Jr. (1977) estabelece os arquifonemas /E/ e /O/ na sílaba pretônica *em detrimento* da vogal aberta e que estava descrevendo a variedade do Rio de Janeiro, onde até hoje os pesquisadores afirmam que são poucos os dados com essas vogais.

(1977, p. 24), que, faça-se a ressalva, não pretendia tratar o tema exaustivamente: “Em sílaba átona não final é rara a ocorrência de médias abertas (apenas em palavras derivadas, como *sozinha*, *somente* ou quando pretônicas, sendo a vogal tônica média aberta também, como no caso de *remessa*, *rigorosa*) [...]”.

Essas observações coincidem em parte com os primeiros resultados da pesquisa de Callou e Leite (1986a, 1986b). Elas registraram entre os homens 5,06% de pretônicas baixas e entre as mulheres 0,94%. Os trabalhos consultados, apresentados no início da pesquisa, não esclarecem, porém, se essas percentagens foram calculadas sobre o total de dados ou excluídos certos contextos em que a elevação é, por assim dizer, categórica. Mesmo com percentuais baixos, os registros feitos com base nos dados do Projeto da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro revelam que são mais numerosos os contextos em que ocorrem as vogais baixas do que imaginavam alguns, ou seja, não só o contexto que precede uma vogal baixa homorgânica mas também em posição inicial absoluta (*òbjeto*, *Hèlena*) e “em adjacência a **r** e **rr**: *vèrão*, *prògrèssivo*, *torrada*” (CALLOU; LEITE, 1986a, p. 159). É possível que, com o avanço desse projeto, novos contextos possam ainda ser identificados.

A julgar pelo exemplário utilizado por Abaurre (1981, p. 23-43), as pretônicas baixas ocorrem também na variedade capixaba, que, como se viu, faz parte do subfalar fluminense na divisão de Nascentes (1953 [1922]). Ela reconhece nele o processo de harmonização vocálica, que, na sua opinião, “se dá diante de *ès* e *òs* tônicos apenas” (p. 27), relacionando-o com estilos mais lentos do português. Os exemplos apresentados por essa autora são *pèrèreca*, *pèroba*, *pòròroca*, *Ròberto* e *còlega*, ou seja, em contexto de vogal baixa nem sempre homorgânica. O trabalho que forneceu esses dados, porém, não tinha por objetivo descrever o funcionamento do sistema das pretônicas e parece ter por base o dialeto de sua autora. Portanto é possível que uma pesquisa que se volte especificamente para o tema possa ainda revelar a pertinência de outros contextos, ou, menos provavelmente, refutar os argumentos apresentados.

Tendo em vista esses testemunhos, que surgem desde o primeiro quartel do século XX, supõe-se que Nascentes excluiu o *subfalar fluminense* dos limites dos grupos do Norte por levar em conta a raridade dessas emissões (embora sistemáticas, porque tinham contexto definido), ou porque considerou, como Houaiss (1958), esse traço “alienígena” à variedade dessa região.

O *subfalar baiano*, definido por Nascentes (1953 [1922]) como a variedade falada no Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais, na Bahia, em Sergipe e em parte de Goiás, contou, até então, com poucos estudos sobre as pretônicas.

O trabalho de Mota (1979), que é pioneiro nesse tema, abordando-o em profundidade, restringe-se aos dados de uma única cidade do interior de Sergipe (Ribeirópolis). Mesmo assim, suas observações não diferem das que se fizeram sobre os falares do Norte. Ao que parece, esses falares se distinguem dos falares do Sul mais pelo número de contextos em que as vogais pré-acentuadas são baixas do que pela ausência ou presença delas. Segundo Mota (1979), caracteriza o dialeto de Ribeirópolis a superficialização da vogal média pré-acentuada com os mesmos traços da acentuada seguinte. Há, porém, fatores de ordem fonológica e morfológica que interferem na aplicação dessa regra. Documenta esse trabalho a elevação das pretônicas, isto é, a sua realização com o traço [+alto], como foi observado no subfalar sulista e no fluminense, e a sua realização com o traço [+baixo] em contextos mais amplos do que os das regras que possivelmente atuam naqueles subfalares.

Cardoso (1986) examinou no *Atlas prévio dos falares baianos* (APFB) e em *O esboço de um atlas linguístico* de Minas Gerais (EALMG) os limites das ocorrências de [ɛ] e [ɔ], concluindo que:

Há uma unidade linguística configurada pelo Estado da Bahia e a parte Norte/Nordeste/Noroeste de Minas Gerais explicitada na presença das vogais médias abertas pretônicas, documentadas majoritariamente na área.

A linha que demarca a fronteira entre o *falar baiano* e o *mineiro* e o *fluminense*, traçada a partir dos dados fornecidos pelos dois atlas, aproxima-se consideravelmente dos limites estabelecidos por Nascentes. (CARDOSO, 1986, p. 53)

Ocorrências de [o] :: [u] e [e] :: [i] também foram documentadas no APFB¹⁷⁸, sempre em número menor do que as variantes baixas. Para [o] e [e] a autora propôs dois tipos de explicação – analógica e fonológica, de harmonização vocálica –, que coincidem grandemente com as formuladas nesta pesquisa (cf. 2.1.2 e 2.1.4).

Pode-se, portanto, daí se tirar uma conclusão: que a elevação das vogais, documentada nos falares do Sul, também ocorre nessa região.

Examinem-se agora as informações fornecidas por trabalhos sobre a área compreendida como a do *subfalar nordestino*, ou seja, do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Dessa extensa

¹⁷⁸ Apenas com o fim de argumentação neste trabalho, apresento um pequeno estudo quantitativo dos dados do APFB (cf. 2.1.1.2.1, Tabela 7), assim como do exemplário utilizado por Mota (1979) na pesquisa sobre Ribeirópolis.

região conseguiu-se reunir apenas quatro estudos: o de Marroquim (1945 [1934]), que aborda as variedades de Pernambuco e Alagoas; o de Aguiar (1937) e o de Castro (1958), que fornecem informações sobre o falar cearense; e finalmente o de Maia (1986), que trata desse aspecto na variedade de Natal.

Como a própria cronologia dos trabalhos sugere, uma metodologia bem diferente os distingue. Os três primeiros, ao modo da época, parecem se basear em dados anotados da observação assistemática dos seus autores. Enquanto o último, beneficiando-se da tecnologia moderna, analisa os dados de três horas de gravação, que fazem parte do projeto piloto de uma pesquisa mais ampla, que infelizmente jamais foi realizada pela morte precoce de sua autora. Apesar disso, os relatos desses trabalhos basicamente coincidem, qualquer que tenha sido a época em que foram realizados. Todos revelam as realizações alta, média e baixa das pretônicas nas regiões afetadas, embora Maia (1986, p. 214-215) exclua deliberadamente da sua investigação “itens com pretônicas altas /i/ /u/ – grafia ‘e’, ‘o’ – por não serem esses traços diferenciadores e sim provavelmente convergentes entre as pronúncias [de Natal e do Rio de Janeiro]”.

Desses estudos e dos exemplos fornecidos se depreende, com maior ou menor precisão, a depender da metodologia e do propósito do seu autor, que as variantes baixas se distribuem em contextos muito semelhantes aos verificados por Cardoso (1986), acima referidos, e os observados aqui para a variedade de Salvador (cf. 2.1.1.2 e 2.1.2). Reconhece, por exemplo, Castro (1958):

[...] que a pronúncia das vogais pretônicas no Ceará obedece, de forma geral, à da vogal tônica que se lhes segue [...] exemplificando-se com as formas *ricibi*, *rêcêber* e *rêcêbêrá*, embora admita exemplos contrários *porque prevalece às vezes o som mudo português*, como em *butar*, *butão*, *Furtaleza*, *agradicer*, *murcego* etc. (CASTRO, 1958, p. 105) (grifos do autor)

Com mais precisão e partindo de uma abordagem quantitativa dos dados, Maia (1986) conclui que a pretônica fechada obedece a uma regra de harmonização de timbre e altura e que a aberta ocorre “em ambientes de vogais baixas, vogais nasalizadas e vogais altas, imediatamente subsequentes” (p. 220), ou seja, os mesmos que aqui se verificam para o dialeto culto de Salvador (cf. 2.1.2).

Aguiar (1937) já havia descrito o comportamento das pretônicas no Ceará com muita perspicácia. Ele propõe uma regra geral, segundo a qual as vogais tônicas *comunicam o seu timbre* às vogais pretônicas, como em *sêcrêtário*, *agrêssão*, *êlêtrico*, *êlêito*, *rêbôco*, *sòlidêu*, *sòlene*, *sôfrer* etc. [exemplos do autor].

Admite ainda vários casos em que essa regra geral pode ser quebrada, um deles no processo de derivação:

As discordâncias explicam-se. *Abaêtar*, *abalôfar*, *cêrcador*, *bêbarrão*, *abôbado*, por exemplo, conservam o timbre das bases *bôbo*, *bêbê* [sic], *cercar* [sic], *balôfo*, *baêta*. Às vezes, pela razão de se considerar uma palavra derivada da outra, embora não o seja, o falso derivado tem o timbre do falso primitivo. (AGUIAR, 1937, p. 275-276)

Mesmo que não tenha reconhecido, como Castro (1958) e Maia (1986), a relação entre a pretônica e a vogal da sílaba tônica (ou subsequente), Aguiar (1937) e Marroquim (1945 [1934]) fornecem um conjunto de dados que sugere concluir que os dialetos que descrevem (Ceará, no primeiro caso e, no segundo, Alagoas e Pernambuco) não devem diferir muito das outras variedades dos subfalares nordestino e baiano.

Resta, pois, verificar se o *subfalar amazônico*, que incluía não só o Amazonas mas também o Pará, além do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, antes, administrativamente, territórios, e parte de Goiás, tem, como anteviu Nascentes (1953 [1922]), quanto às pretônicas, as mesmas características dos seus vizinhos do Nordeste.

Infelizmente não são muitos os trabalhos que consegui reunir na década de 1980 sobre esse *subfalar*. Foram ao todo três, então recentes dissertações de Mestrado, um dos quais se ocupa exclusivamente desse tema, o de Silva (1980), na área de Manaus. Os outros, o de Corrêa (1980), sobre a fala do caboclo amazonense, e o de Vieira (1983), que focaliza a questão no Pará (regiões do Médio-Amazonas, do Tapajós, nos municípios de Santarém, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Itaituba), incluem também um estudo do léxico da região.

Esses trabalhos começam por se distinguir, pois, pelos *corpora* que utilizam. Um descreve as pretônicas na fala da capital do estado (Manaus), outro se ocupa delas na fala do caboclo do Amazonas e o terceiro, segundo declaração da autora, se concentra na fala urbana e rural de municípios escolhidos por critérios entre os quais está o isolamento geográfico. Distinguem-se também essas pesquisas pelos resultados a que chegaram. Na verdade, as diferenças encontradas se referem mais aos trabalhos de Silva (1980) e Vieira (1983), pois o estudo fonológico do falar caboclo do Amazonas, realizado por Corrêa (1980), se concentra na variação entre [o] :: [u], que, no caso dessa variedade, ocorre até em sílaba tônica (*boi* ['buy], *avô* [a'vu], *caroço* [ka'rusu], *cachorro* [ka'fuhu], por um lado, e *azul* [a'zow], *furo* ['foru] por outro); e entre [e] :: [i] (*bebida* [bi'bida], *evita* [i'vita], *estiradeira* [istira'deyra], *empachado* [ĩpa'jadu]), sugerindo que a variação entre

média e alta supera a regra de elevação constatada em outros dialetos brasileiros. Aliás, a realização alta da vogal /O/ em sílabas acentuadas é registrada também na região paraense estudada por Vieira (1983, p. 63-64: *boto* ['butu], *piloto* [pi'lutu], *almoço* [aw'musu]).

Quanto à ocorrência de médias nas sílabas pré-acentuadas, nenhum desses dois estudos, o de Corrêa (1980) e o de Vieira (1983), dela se ocupa, mas o glossário fornecido por esta última autora, no final do trabalho, permite algumas inferências interessantes sobre o dialeto.

A descrição que faz Silva (1980) da fala de Manaus converge para o padrão do Nordeste. Como a própria autora diz, “a realização das vogais médias abertas em posição pretônica constitui o padrão geral documentado na fala de Manaus. Os casos de fechamento encontrados obedecem a regras específicas” (SILVA, 1980, p. 38).

Regra geral, como nas variedades nordestinas, inclusive na que estuda o presente trabalho, conforme se verá adiante, Silva (1980) constatou que [o] e [e] pretônicos ocorrem diante de vogal da mesma altura. Nos outros contextos predominam [ɔ] e [ɛ]. Os casos que fogem à regra (*extrato* [es'tratu], *esbarro* [es'bahu], *desordem* [de'zohdêy], *destaque* [des'taki], *destino* [des'tĩnu]) foram explicados pela vizinhança de certas consoantes¹⁷⁹.

Embora Vieira (1983), como Corrêa (1980), só se tenha ocupado da variação entre médias e altas, o glossário oferecido no final do trabalho permite algumas inferências interessantes. De acordo com os dados desse glossário, a distribuição das pretônicas dessas variedades da Região Norte, surpreendentemente, se aproxima muito da que se encontra desde os mais antigos registros¹⁸⁰ sobre o *subfalar fluminense*. Contrariando todas as informações que aqui arrolamos sobre os falares do Norte, parecem predominar, no referido glossário, as variantes fechadas, [o] e [e]. Pelo menos predominam nos dados os contextos onde elas ocorrem. Diferentemente das outras variedades nortistas, as pretônicas dessa região só se realizam como baixas em contextos de baixas homorgânicas (*p[ɛ]t[ɛ]ca*, *r[ɛ]tr[ɛ]te*, *c[ɔ]t[ɔ]*, *c[ɔ]r[ɔ]ca* etc.). São médias as pretônicas nos outros contextos: antes de altas (*d[ɛ]rrubar*, *r[e]frigerante*, *d[o]minó*, *p[o]vilho* etc.); antes de médias (poucos exemplos: *t[e]rreiro*, *matintap[e]r[e]ra* e *[o]v[e]lha*); antes de baixas não

¹⁷⁹ Esses casos também foram encontrados na variedade de Salvador, para os quais se pretendem outras explicações (para o caso de *extrato*, cf. 2.2.1.1.1; para os demais, cf. Capítulo 3). Maia (1986), que também registrou em Natal as mesmas formas para *desordem*, *destaque* e *destino*, interpreta, como eu faço aqui, como interferência do dialeto carioca.

¹⁸⁰ Cf. Silveira (1921, p. 21) e Pontes (1977, p. 24), citados anteriormente.

homorgânicas (*b[o]/[ɛ]ero*, *l[e]g[ɔ]rne*, *d[e]rrame* etc.); e antes de vogais nasais (*refrig[e]rante*, *m[e]lancia*, *c[o]rdão* etc.). Há algumas exceções a essa regra, algumas das quais podem ser explicadas por interferência morfológica, como *andir[ɔ]bal* (de *andir[ɔ]ba*), ou pela posição no início de palavra (*[ɔ]riente*, *h[ɔ]rtelãozinho*).

Desse modo, se os registros de Vieira (1983) representam o falar paraense, e não majoritariamente a variedade de um dos grupos examinados (os dados, no glossário, não estão separados de acordo com a procedência geográfica do informante), cabe levantar a hipótese de que o Pará, na área pesquisada por Vieira (1983), constitui, nesse aspecto, uma ilha dialetal no falar do Norte. A diferença de resultados que se observa nesses três trabalhos pode ser, portanto, produto da diversidade geográfica e social da região e pode vir a se constituir, se outras pesquisas o confirmarem, um elemento para revisão dos limites do *subfalar amazonense*.

Dessa consulta às fontes bibliográficas disponíveis, pode-se concluir provisoriamente que /O/ e /E/ pretônicos no português do Brasil se realizam segundo dois processos: um, que permite alternarem altas e não-altas em todas as variedades conhecidas; outro, que permite variarem médias e baixas, o que ocorre majoritariamente nos dialetos do Norte e do Nordeste e, em proporção muito baixa ou mesmo nula, nos dialetos do Sul.

A tendência a variarem pretônicas altas e não-altas não é, porém, exclusiva dos dialetos brasileiros. Ela está no português europeu, como se sabe, mas também em outras variedades do português transplantado da Europa. Como ensina Vasconcelos (1901, p. 167-168), ela está presente no português de Goa, por exemplo, e nos crioulos caboverdianos, como relata Carvalho (1969a, p. 40): “Habitualmente essa assimilação afeta os **e** e **o** átonos; fechando-os em **i** e **u**, respectivamente, sob a influência de um **i** ou **u** seguintes; St.N /mi'di/ ‘medir’, /cap'i'liña/ ‘capelinha’, /vi'lud/ ‘veludo’, /kabi'sud/ ‘cabeçudo’ [...]”.

É, pois, a variação [o] :: [ɔ] / [e] :: [ɛ] um traço definidor importante dos falares brasileiros. Era esse o panorama do conhecimento sobre as vogais pretônicas na década de 1980, quando esta pesquisa foi realizada.

Até 1989 tinham surgido apenas sete trabalhos acadêmicos sobre o tema, incluindo este em Salvador: um no Sul, um no Sudeste, dois no Nordeste e três no Norte, sendo três teses e quatro dissertações. Sobre os dialetos na Região Centro-Oeste, ainda hoje pouco explorada, não se tinha nenhuma descrição, possivelmente mesmo em andamento (o primeiro trabalho concluído é de 1998).

Atualmente esse quadro mudou muito. O interesse sobre o tema cresceu, acompanhando a ampliação dos programas de pós-graduação no país. Considerando apenas as dissertações de Mestrado e as teses de Doutorado, deixando de lado os variados artigos publicados em revistas especializadas, fiz um levantamento das pesquisas que descrevem as pretônicas em qualquer dialeto do português brasileiro. Deixei de lado aquelas que abordavam as pretônicas com outros objetivos.

Consegui apurar no período de 1990 até 2018 a produção de 63 pesquisas, em parte com o auxílio da tese de Chaves (2013), que faz uma avaliação do material produzido até 2012, e do Banco de Teses da CAPES¹⁸¹. Naturalmente esse levantamento não é exaustivo, pois certamente existem outros trabalhos que não foram depositados no Banco de Teses, especialmente os mais antigos e os defendidos muito recentemente. Considerando a totalidade de trabalhos que vieram a lume até o presente momento, contamos com 14 teses de Doutorado e 56 dissertações de Mestrado, perfazendo um total de 70 descrições das pretônicas disponíveis sobre o português do Brasil. Como já mencionado em páginas anteriores, o primeiro dialeto a ser descrito foi o de uma pequena cidade de Sergipe, Ribeirópolis, por Mota (1979).

Essas 70 descrições, no entanto, nem adotaram os mesmos princípios teóricos nem a mesma metodologia, o que certamente dificulta a comparação¹⁸², mas enriquece o conhecimento da matéria. Talvez a maioria siga orientação laboviana e metodologia quantitativa, mas há também trabalhos que se servem da análise acústica, há os que se orientam pela Fonologia Natural, pela Fonologia Gerativa, pela Fonologia Não-Linear, pela Geometria dos Traços, pela Teoria da Otimalidade etc. para descrever e explicar o fenômeno.

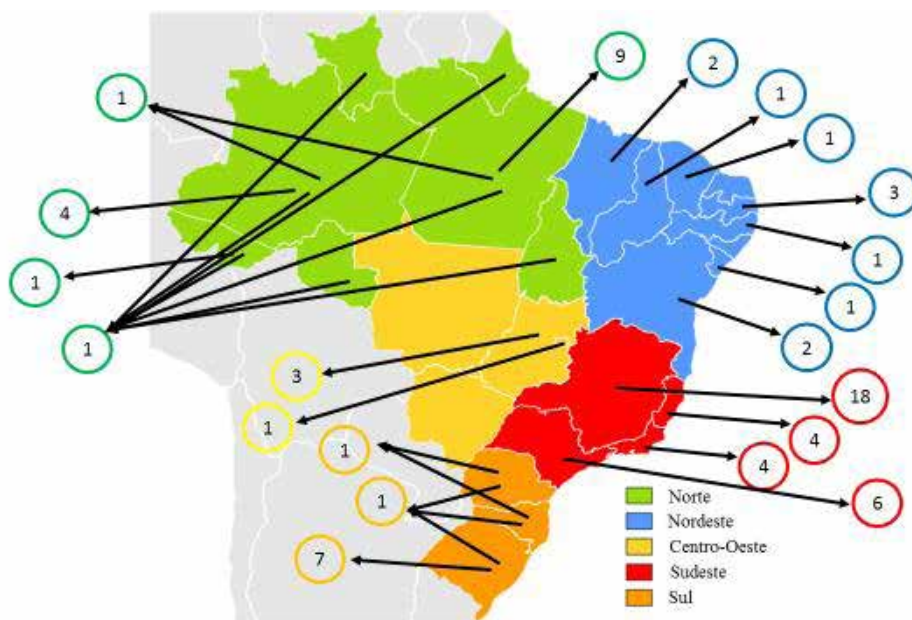
Também, como era de se esperar, esses trabalhos não estão distribuídos equitativamente pelas regiões. A Região Sudeste foi a que mais desenvolveu projetos sobre pretônicas nesses 30 anos: de duas teses produzidas na década de 1980, passou a contar, até 2018, com 32 trabalhos (seis teses e 26 dissertações). Por outro lado, a região que menos pesquisou esse tema foi o Centro-Oeste, que tem no momento três descrições de dialetos goianos e uma do Distrito Federal. O Norte conta com 16 trabalhos, o Nordeste com 11 e o Sul com nove. A Figura 2, a seguir, apresenta a distribuição pelo território nacional de todas as teses e

¹⁸¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹⁸² Essa tarefa, aliás, foi bravamente enfrentada por Chaves (2013), na sua tese de Doutorado, utilizando um método de análise estatística que compara resultados fornecidos por uma grande extensão de pesquisas sobre um dado tema.

dissertações de que tive notícia até este momento. A autoria e os títulos desses trabalhos estão fornecidos no Apêndice B.

Figura 2: Distribuição das teses e dissertações sobre as pretônicas no Brasil



Fonte: Mapa disponível no Wikipedia Commons, editado pela autora.

